

**NÃO PUBLICAR NOS ANAIS**

## **Espaços LGBTI+ na Igreja Católica: o caso das "pastorais da diversidade sexual"<sup>1</sup>**

Jeferson Batista da Silva (PPGAS/Unicamp/São Paulo)

**Palavras-chave:** Catolicismo, Diversidade Sexual e de Gênero, Ativismo

---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

## **Introdução**

A questão central deste trabalho é refletir sobre a criação, nos anos de 2016 e 2017, das chamadas “pastorais da diversidade sexual” na Arquidiocese de Belo Horizonte (BH) e na Diocese de Nova Iguaçu (RJ), espaços institucionalizados no interior da Igreja Católica Romana no Brasil formados por pessoas LGBTI+ católicas, aliadas e familiares. Estas iniciativas se forjam contraponto certo senso comum nos cristianismos e em outros espaços de que dissidências da norma binária cis-heterossexual são incompatíveis e inconciliáveis com uma pertença religiosa, sobretudo a cristã. Assim, lança-se um olhar para os processos que permitiram o surgimento dessas iniciativas inéditas no contexto brasileiro e mapeia-se controvérsias envolvendo tais empreendimentos pastorais por partes de grupos "conservadores" ligados ao catolicismo que utilizam diversas categorias de acusação contra sacerdotes, religiosas(os) e pessoas leigas fundadoras das já mencionadas pastorais.

Apesar da análise estar localizada nos contextos que permitiram o engendramento desses inéditos núcleos pastorais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, o artigo apresenta ainda as disputas — especialmente em Belo Horizonte — em torno deste tema por meio de controvérsias e resistências envolvendo os ativistas “católicos LGBTI+” e seus aliados e grupos católicos antagonistas a propostas de conciliação entre catolicismo e pessoas com sexualidades e identidades de gênero dissidentes, chamados pelos primeiros de “grupos conservadores”. Considerando, portanto, a emergência do tema, mostra-se necessário fazer uma breve introdução sobre o chamado ativismo “católico LGBTI+” e suas frentes de atuação.

Inseridos no processo de “cidadanização da homossexualidade” (CARRARA, 2016), o ativismo “católico LGBTI+” começou a ganhar forma no Brasil em 2007, com a criação do grupo Diversidade Católica, no Rio de Janeiro, que nasceu como um espaço meramente virtual e, com o passar do tempo, tornou-se um grupo composto por reuniões presenciais de forma periódica (SERRA, 2019; BATISTA SILVA, 2019). Com o passar do tempo, outros grupos foram surgindo e uma reunião formada por esses coletivos foi criada em 2014, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, que agrega, em julho de 2020, pelo menos 21 grupos pelo país. Assumindo-se como “membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana” (MANIFESTO DO II ENCONTRO NACIONAL

DE CATÓLICOS LGBTI+, 2018), atuam ao menos em duas grandes frentes: a-) ocupação de diferentes tribunas públicas para dar visibilidade a suas pautas, afirmando a cidadania religiosa das pessoas católicas LGBTI+; e b-) oferecimento, por meio de encontros e reuniões ordinárias atendimento espiritual e pastoral para acolher, acompanhar e fortalecer os membros de seus coletivos (BATISTA SILVA, 2019). Para isso, realizam reuniões ordinárias, missas, encontros, retiros e outras atividades de cunho religioso e de cunho social. Contam com o apoio de religiosas e religiosos ordenados, considerados neste contexto de aliados, e de familiares. A grande maioria é de formação católica e, após passar por problemas no âmbito pessoal, familiar e comunitário por conta de “assumir-se LGBTI+”, encontra no grupo um “espaço seguro” para vivenciar a fé católica.

É importante frisar que tais grupos se distanciam da leitura doutrinária da Igreja Católica a respeito do tema e, portanto, não se encaixam nos serviços oferecidos oficialmente pela instituição religiosa, que, de modo geral, versam entre afirmar a castidade e o celibato para pessoas homossexuais.

Assim, os “católicos LGBTI+” fazem parte de um conjunto de iniciativas que floresceu nos últimos num campo polissêmico e amplamente disputado que une cristianismo e progressismo político. Como salientam Regina Facchini, Nery Carmo e Stephanie Pereira Lima (2020, p. 14), o surgimento destes atores no âmbito das instituições religiosas configura-se como um “reverso da politização reativa”, gerando uma “espécie de reinvestimento político no campo religioso, protagonizado por determinadas igrejas ou setores, especialmente entre protestantes e católicos”, tudo isso, ainda de acordo com as autoras, sendo desenhado dentro um cenário em que repertórios e enquadramentos ativistas diversos coexistem.

Nesse quadro, Sonia Alvarez (2014), ao refletir sobre os feminismos no contexto latinoamericano, apresenta a ideia de “campo discursivo de ação”, que “são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos” (ALVAREZ, 2014, p. 18). A autora segue dizendo que “esses campos também se articulam discursivamente através de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas,

por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam” (ALVAREZ, 2014, p.18).

Portanto, as pessoas “católicas LGBTI+”, construtoras e constituintes de um “campo discursivo de ação”, parecem buscar dar sentidos e noções — “pelo menos parcialmente compartilhadas” e “quase sempre disputadas” — para “progressismo”, “catolicismo” e “direitos LGBTI+”, tudo isso se articulando “formal e informalmente, através de redes político-comunicativas - ou melhor, teias ou malhas – reticuladas”. São essas teias e malhas que impulsionam “cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos” e ainda que, “interconectam indivíduos e agrupamentos menos formalizados” da sociedade civil, da política, do Estado, da mídia, da academia e de outros segmentos (ALVAREZ, 2014, p.18).

Marcelo Natividade (2017) mostra que se tornou importante nas ciências sociais estudos que vão para além da intolerância, sendo um desafio “sair da zona de conforto que liga homofobia e cristianismo”, “descongelar imagens do religioso” e compreender alguns dos movimentos que transcorrem em contexto (NATIVIDADE, 2017, p. 16). Seguindo nessa linha, acrescento que a noção de um novo enquadramento do religioso apresentado neste texto inspira-se nas reflexões de Judith Butler (2017), presente em *Quadros de Guerra*. A autora mostra que “a sexualidade e a religião funcionam como veículos uma para outra, algumas vezes em antagonismos, outras não”. (BUTLER, 2017, p. 205). Por isso, é preciso problematizar processos que normatizam enquadramentos que colocam de lados opostos gays e religiosos, por exemplo.

Os “católicos LGBTI+”, em resumo, são forjados entre os campos religioso e progressista e, ao mesmo tempo, se movimentam para criar diferenciação em relação aos religiosos ligados aos “conservadorismos”, “fascismos” e fundamentalismos”<sup>2</sup>. É neste contexto que nasce a pastoral foco deste trabalho.

Carlos Steil e Rodrigo Toniol (2012) afirmam, em artigo sobre a trajetória dos direitos humanos na Igreja Católica no Brasil, que “as iniciativas dos católicos de alinhamento com os movimentos gays e em propor uma pastoral inclusiva tendem a ser rechaçadas com base numa moral natural”. Na altura da publicação, os grupos pastorais católicos formados por pessoas LGBTI+ ainda eram bastante restritos e com expressão

---

<sup>2</sup> A coletânea *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: Análises Conjunturais*, organizada por Ronaldo Almeida e Rodrigo Toniol (2017), mostra como essas categorias históricas estão circulando no debate público brasileiro, sendo em diversos momentos utilizadas como categorias de acusação contra atores religiosos ligados a ideologias de direita.

apenas local e as conexões entre tais coletivos ficavam no âmbito pessoal, não existia uma agenda em comum.

Ao afirmar que a Igreja institucional tendia a rechaçar as “iniciativas dos católicos de alienamento com os movimentos gays” há quase 10 anos, provavelmente os autores estavam acompanhados casos em que a hierarquia católica estava sendo contra pautas dos movimentos pelos direitos das pessoas LGBTI+ ou até mesmo casos em que sacerdotes católicos sofreram algum tipo de punição ao se envolverem com essa pauta. A trajetória do padre José Trasferetti, por exemplo, é bem ilustrativa. O sacerdote ligado à Arquidiocese de Campinas (SP) tentou criar na década de 1990 uma “pastoral homossexual”, que teria como objetivo principal a “inclusão de pessoas homossexuais e travestis”. O religioso chegou a celebrar missas, atos religiosos, realizar visitas pastorais e participar de reuniões com pessoas LGBT. Ele também publicou alguns livros refletindo sobre a temática, entre eles, *Pastoral com homossexuais*, editado em 1999 pela editora católica Vozes. Cunhado pela imprensa e por outros segmentos como “padre das bichas”, Trasferetti chegou a receber o prêmio Triângulo Rosa, do Grupo Gay da Bahia (GGB). “A proposta dele é importante para aproximar o Cristianismo e os homossexuais”, afirmou na época o militante e fundador do grupo, Luiz Mott (MEIRELLES, 1996). Depois de pressionado por seus superiores, o sacerdote deixou de atuar publicamente por essa causa e a pastoral não foi adiante, sustentando a afirmação de rechaça a tais iniciativas, apresentada por Steil e Toniol (2012).

Além do caso de Campinas, Cris Serra (2019) e Batista Silva (2019) apresentam outras situações em que o termo Pastoral gerou conflitos entre ativistas “católicos LGBTI+” e hierarquia da Igreja Católica. No ano de 2010, nasceu em São Paulo um grupo formado, sobretudo, por homens gays e católicos chamado Pastoral da Diversidade, que contava com apoio do padre inglês James Alison.

Quatro anos depois de sua criação, bispos auxiliares da Arquidiocese de São Paulo chamaram os integrantes do grupo para uma audiência. Os religiosos haviam recebido uma denúncia anônima de que existia na cidade uma pastoral para homossexuais. Para acabar com a confusão, um dos bispos pediu para que o coletivo trocasse de nome. A proposta foi aceita pelo grupo, que, a partir de então, passou a chamar Grupo de Ação Pastoral da Diversidade. Ainda que este coletivo exerça, na

prática, um trabalho pastoral, de acordo com as definições da própria Igreja, utilizar o termo é causa de conflito.

### **Pastoral em Nova Iguaçu: o bispo que acolhe**

A pluralidade no campo católico brasileiro — Steil (2001), por exemplo, fala em inúmeras possibilidades em ser católico — e a aproximação de católicos com as gramáticas de luta por direitos para as populações LGBTI+ permitiram, portanto, que em uma terça-feira de novembro de 2017, a capa do popular jornal carioca Extra, amanhecesse nas bancas do Rio de Janeiro com a seguinte manchete: “Bispo de Nova Iguaçu cria pastoral para público LGBT” (RICARDO, 2017). Ao lado do título, Dom Luciano Bergamim, então bispo da diocese, aparecia em uma foto vestido com uma camisa azul clara e clérigima. O religioso posava defronte às portas da capela da mitra diocesana, com as mãos ao lado esquerdo do peito, olhar tranquilo e meio voltado para o céu. Um box amarelo trouxe ainda uma fala do bispo: “Nós temos que acolher quem tem outra opção [sic] sexual”.

A novidade merecedora deste destaque no jornal Extra era a inédita Pastoral da Diversidade Sexual em Nova Iguaçu (RJ), que passou a configurar como um mecanismo eclesial com acompanhamento de um bispo, como são as diferentes pastorais da Igreja Católica, entre elas a Pastoral da Juventude, a Pastoral da Família e a Pastoral da Criança.

Na Baixada Fluminense, o núcleo surgiu graças ao apoio de integrantes do Diversidade Católica do Rio de Janeiro, que não gozava do mesmo *status* na Arquidiocese comandada por Dom Orani Tempesta e atuam de forma leiga e autônoma.

“Nosso bispo foi para o jornal falar da gente” disse, em junho de 2018, de forma entusiasmada uma integrante da pastoral de Nova Iguaçu durante a segunda edição do Encontro Nacional de Grupos “católicos LGBT”, realizado em São Paulo (SP)<sup>3</sup>, no momento reservado para apresentação dos grupos e pastorais. O entusiasmo não era para menos: um bispo católico criou em sua diocese um organismo institucional para acolher a população LGBTI+, especialmente a católica, e fomentar discussões sobre a temática.

Em julho de 2018, estive na diocese para participar de atividades da pastoral, com reuniões que aconteciam na mitra diocesana e com a presença do bispo. O espaço

---

<sup>3</sup> O II Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT, realizado em junho de 2018, na cidade de São Paulo (SP), reuniu mais de 60 lideranças do ativismo “católico LGBTI+”, aliadas e aliados em uma série de eventos — abertos e restritos —, incluindo a celebração da eucaristia, mesa-redonda e participação da Parada do Orgulho LGBT da cidade, ocorrida no último dia do encontro religioso.

religioso é composto por elementos que ajudam a entender por que aquela diocese abriu espaço formal para os “católicos LGBTI+”, familiares e aliados se agregarem. Naquela tarde de sábado, antes do encontro da Pastoral da Diversidade, a Pastoral da Juventude estava reunida em uma das salas do amplo prédio católico. Na porta de outra sala, lia-se que ali funcionava um centro de direitos humanos. Por fim, fotos e recortes de jornal, colados em paredes dos corredores, lembravam a trajetória de Dom Adriano Hypólito. Conhecido como o profeta da Baixada, o bispo foi um dos nomes da Igreja Católica que lutou contra a ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964<sup>4</sup>.

Durante a incursão em campo em Nova Iguaçu (SP), realizei uma entrevista com Dom Luciano. Afinal, o que significa ter uma pastoral para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais? Primeiro, o bispo disse que “a sigla LGBT era conhecida”. Que ele acompanhava as “passeatas e paradas” e que imaginou que em sua diocese existiriam pessoas que viviam essa “realidade de forma profunda”. Em seguida, falou sobre a nomenclatura de pastoral:

A importância de ser pastoral é que significa, em primeiro lugar, o reconhecimento da igreja diocesana desta realidade, nesta problemática. E se Jesus é o Bom Pastor, pastoral é procurar fazer o que Jesus fazia. O que Jesus faria se estivesse aqui? Julgar moralmente não é a primeira atitude, a primeira atitude é de acolher, de escutar, ficar mais escutando essas pessoas que vivem essa realidade, que vira um verdadeiro drama, uma verdadeira angústia. Que essas pessoas que sintam que a Igreja os acolhe, que Deus as ama como eles são, se Jesus é Bom Pastor, a obra dele é pastoral, por que não chamar de Pastoral? Que no fundo, é uma pastoral ligada à Pastoral Familiar, quando na pastoral familiar se fala a preparação da vida matrimonial, preparação dos casais, também diz que tem alguns casos difíceis, que a gente deve tentar acompanhar, não julgar, mas acompanhar, não julgar ou condenar à primeira vista, não condenar, mas escutar, se colocar na postura de escuta amorosa (Entrevista com Dom Luciano, Nova Iguaçu (RJ), julho de 2018).

Longe de ser ativista pela cidadania religiosa de pessoas LGBTI+, Dom Luciano adota a postura parcial diante do tema: o líder católico de Nova Iguaçu reconhece que pessoas LGBTI+ precisam de um acompanhamento pastoral especial e aciona a figura de Jesus Cristo para legitimar sua posição. Ele fala em reconhecer a realidade LGBTI+,

---

<sup>4</sup> Dom Adriano Hypólito foi um precursor da Teologia da Libertação. Em 1976, foi sequestrado, espancado e abandonado nu em um matagal. Seu carro foi ainda queimado em frente à sede da CNBB, no Rio. Ele recebia constantes ameaças por proteger pobres, trabalhadores urbanos e perseguidos políticos.

considerada uma problemática e faz uma comparação com outras “situações difíceis” encontradas entre as pessoas heterossexuais.

Provoquei-o perguntando se um dia a Igreja reconheceria casais do mesmo sexo, mesmo sabendo que tais casamentos já acontecem em diferentes partes do mundo por meio de sacerdotes aliados. O bispo disse que “não saberia dizer”, mas “desconfiava que sim”. A posição mediadora surgiu novamente quando ele afirmou: “certamente não podemos dar o sacramento do matrimônio, mas uma benção acredito que não será impossível. Uma benção, por que não?”.

Sem dúvida, oferecer uma benção, não o casamento, é uma proposta mediadora que mostra o interesse em acolher, mas ainda não equiparar aos casais heterossexuais. O sacramento estaria reservado, então, para as pessoas que estão de acordo com a doutrina.

O bispo sempre justificava suas falas com atitudes de Jesus, pelas Campanhas da Fraternidade e, em alguns momentos, claro, pelo Papa Francisco.

Logo finalizada a entrevista, deu início ao encontro, que foi dividido em duas partes. Na primeira, participamos de um momento de partilha e acolhimento pastoral. Todas as pessoas presentes foram convidadas a se apresentar e a contar um pouco de sua história”. Os relatos foram diversos, com algumas semelhanças entre eles. Muitas pessoas relataram a relação com membros da família, apontando a dificuldade que parentes próximos, especialmente pais e mães, tinham em aceitar uma filha lésbica ou um filho gay. Contudo, o relato emocionado de uma mulher chamou a atenção. Ela contou o processo que passou para “aceitar” seu filho gay. Um padre incentivava os discursos e o bispo comentava, orientava e acolhia as pessoas depois das falas. Uma sessão de terapia em grupo.

Quando alguma pessoa relatava um caso de homofobia que passou dentro de uma comunidade religiosa, muitas vezes praticados por um padre, ele pedia para que a pessoa entendesse, dentro do possível, a postura do sacerdote. Segundo ele, os padres sofrem muita pressão, não só de superiores, mas de leigos. Os depoimentos tomaram boa parte da reunião. Mas também houveram discussões mais amplas, como a violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, principalmente na região da Baixada Fluminense. Uma participante falou que algumas igrejas “incentivam o ódio contra os gays” na região. O assunto da violência se alongou, uma outra pessoa relatou



casos de pessoas LGBT assassinadas em bairros de Nova Iguaçu. Um clima de medo. A pastoral, portanto, seria um espaço seguro para pessoas com sexualidades e expressões de gênero dissidentes.

O perfil das participantes e dos participantes era mais diversificado em comparação aos outros grupos que realizei trabalho de campo. Mulheres lésbicas e pessoas negras se faziam presentes de forma destacada. É naquela pastoral ainda que está a única pessoa transexual que participou do encontro nacional em São Paulo. Após o “momento de partilha”, nos dirigimos à capela da mitra para a celebração de uma missa. Depois do ato religioso, fomos para uma confraternização, comum ao final das reuniões, com refrigerante, bolo e cachorro-quente.

Durante a confraternização, foram distribuídos alguns exemplares da revista oficial da diocese. Na capa da publicação, a foto de Dom Gilson Andrade da Silva, nomeado bispo coadjutor de Nova Iguaçu. Dentro, um texto sobre a Pastoral da Diversidade Sexual. Alguns presentes comemoravam o espaço. Mas, a nomeação de um novo bispo, por conta da iminente aposentadoria de Dom Luciano, colocava muitas dúvidas na mesa. Teria o novo bispo a mesma compreensão em relação ao trabalho católico com pessoas LGBTI+? A pastoral teria que mudar de perfil? Tornar-se menos ativista? Estas perguntas só poderão ser respondidas por meio de entrevistas e observações. Contudo, informações que chegam é que, de fato, o bispo que assumiu a Diocese de Nova Iguaçu (SP) tem limitado a atuação da Pastoral da Diversidade para dentro dos muros da Igreja, ou seja, a participação em eventos, encontros e manifestações enquanto membros de uma pastoral da Igreja Católica não é algo que agrada o religioso.

### **Pastoral em Belo Horizonte: a pressão contra o trabalho pastoral**

Em 2017, foi a vez da Arquidiocese de Belo Horizonte criar núcleos pastorais dentro de estruturas paroquiais para pessoas LGBTI+. O início se deu com o lançamento de um projeto de evangelização chamado *Proclamar a Palavra*, que, na verdade, é um documento apresentando diretrizes para “ação evangelizadora e pastoral” da Igreja Católica na capital mineira e em 27 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O texto em questão é fruto da 5ª Assembleia do Povo de Deus e abrange diversas áreas, apresentando “dez compromissos que deverão garantir que a Palavra de Deus seja vivência (no âmbito da Pessoa), testemunho (no âmbito da Comunidade) e serviço (no âmbito da Sociedade)” (PROCLAMAR A PALAVRA, 2017).

A ideia era que o documento fosse utilizado como base para a elaboração dos planos de ações pastorais paroquiais, que constituiriam “as novas práticas pastorais de nossa Igreja Particular, integrando as muitas realidades de nossa arquidiocese e legitimando as aspirações que irrompem na história como “novos sinais dos tempos”. O atual pontificado de Francisco se põe nessa perspectiva” (PROCLAMAR A PALAVRA, 2017).

Trechos do documento mostram a intenção em forjar a chamada “Igreja em saída”. Portanto, o Papa Francisco, principal difusor desta expressão, é utilizado como legitimador de propostas pastorais menos ligadas à Doutrina. Nesse sentido, a expressão “novos sinais dos tempos”, bastante aplicada dentro da Igreja por grupos que defendem uma instituição mais alinhada aos tempos contemporâneos, englobava a “população LGBT” adepta ao catolicismo. Em certa parte, o documento afirma que:

O Matrimônio, no qual mulher e homem procuram, segundo a graça de Deus, corresponder ao mais profundo de sua vocação, tem valor para a Igreja e para a sociedade, e não restringe a compreensão da existência de outras configurações familiares, oriundas de situações sociais, culturais, econômicas e religiosas diversas (PROCLAMAR A PALAVRA, 2017).

Observa-se que em nenhum momento o texto rompe com a visão da doutrina católica sobre o casamento – união exclusiva para homem e mulher –, mas reconhece a existência de outras configurações, discurso semelhante ao do bispo de Nova Iguaçu. Aqui, vale dizer que se durante décadas passadas, os trabalhos pastorais voltados à pessoas homossexuais, reconhecidos pela Igreja Católica, estavam, muitas vezes, no campo da saúde, mais especificamente através da Pastoral da DST/Aids<sup>5</sup>. Na atualidade,

---

<sup>5</sup> A Pastoral da DST/Aids foi criada no final da década de 1990 e início dos anos 2000. A articulação para a criação desse mecanismo pastoral envolveu agentes religiosos, agentes do estado e agentes do movimento social de aids. A pastoral nasceu vinculada à Pastoral da Saúde, da CNBB. Em seus documentos oficiais, “reconhece-se que integrantes da igreja católica estiveram envolvidos na resposta à epidemia de aids desde o meio da década de 80. Dessa forma, a Pastoral de DST/Aids coloca-se como parceira do Estado na luta contra a aids”. Além disso, amparada na doutrina católica, a pastoral atendeu pessoas homossexuais sem julgamentos. Contudo, diversas disputas estão inseridas no trabalho da Pastoral da DST/Aids (SEFFNER, 2010).

surge uma alternativa: busca-se legitimação de pessoas LGBTI+ na Igreja Católica por meio de argumentos envolvendo a família e a afetividade.

Além disso, é importante ressaltar novamente que a discussão é pautada, sobretudo, pelas próprias pessoas lésbicas e gays, principalmente. Esse processo diz muito sobre as conquistas do movimento homossexual (doravante LGBTI+), a maior delas, talvez, a união entre pessoas do mesmo sexo. Portanto, se essas configurações familiares não estão de acordo com a doutrina, não coube ao documento julgar. Porém, os autores entenderam ser necessário traçar caminhos pastorais para tratar desses grupos. Mas quem são esses grupos? E quais são esses caminhos? Outro extrato do texto responde a esses questionamentos: casais de novas uniões, casais de não casados na Igreja, divorciados e pessoas em suas diferentes identidades sexuais (gays, transexuais, lésbicas, travestis, transgênero e bissexuais) (PROCLAMAR A PALAVRA, 2017).

Ainda que o documento não fale em casais homossexuais ou casais LGBTI+, inclui estas pessoas no grupo de figuras às margens da doutrina e da moral mais rígida. A novidade do documento está em ressaltar a necessidade em oferecer para essas pessoas um “serviço de acolhimento qualificado”. Porém, o texto não dá exemplos ou orientações específicas de como poderia ser esse serviço. Como já salientado, o *Proclamar a Palavra* apresentou diretrizes que deveriam ser trabalhadas pelas comunidades eclesiais.

A partir desse ponto, alguns leigos e religiosos entendem que uma porta foi aberta para tirar do armário ações pastorais positivas em relação à diversidade sexual e de gênero, que já existiam pela arquidiocese, mas sem reconhecimento eclesial público.

“O documento colocou em questão as famílias homoafetivas. A partir daí nosso pároco propôs a ideia de criar uma pastoral” (Entrevista com Maria, integrante de um núcleo da Pastoral da Diversidade em BH)<sup>6</sup>. Movimento que foi seguido em Belo Horizonte por outras duas paróquias. A integrante de um desses núcleos afirmou que a pastoral poderia ser traduzida em reconhecimento e visibilidade no ambiente paroquial:

A diferença de ter a pastoral é que, de uma certa forma, estamos institucionalizados dentro da Igreja. A gente é uma pastoral como qualquer outra. Chega em época de festa junina, a gente tem nossa barraquinha. Os

---

<sup>6</sup> Com exceção de Dom Luciano, os nomes das interlocutoras e interlocutores que aparecem neste artigo são fictícios.

eventos que tem no santuário, a gente participa também. Nós estamos vinculados dentro da comunidade (Entrevista com Maria, integrante de um núcleo da Pastoral da Diversidade em BH).

Devido ao ineditismo – um espaço reconhecido pela Igreja Católica para acolher pessoas LGBT “sem ser em uma perspectiva de cura”, como comentou um ativista – a Pastoral da Diversidade Sexual mineira e fluminense chamou atenção de veículos de comunicação. Integrantes das pastorais deram entrevistas a TVs, rádios, portais de notícias e jornais impressos. De um modo geral, as matérias jornalísticas afirmavam que a Igreja Católica vivia “um novo tempo”, dizendo que Papa Francisco tinha papel importante no que foi classificado como “abertura” às pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais.

Lideranças participaram ainda da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, em cima de um trio elétrico, e falaram de suas atividades pastorais. Nesses momentos de incidência pública, os ativistas e aliados afirmavam que a hierarquia da arquidiocese mineira sabia e reconhecia a pastoral. Toda esta movimentação em busca de visibilidade -- uma das características dos ativistas católicos LGBTI+ organizados no Brasil (BATISTA SILVA, 2019) -- levou ao aparecimento de atores religiosos contrários a tais iniciativas, gerando, portanto, embates.

### **Uma cruzada contra a Pastoral da Diversidade em Belo Horizonte**

No final de 2018, a existência dos núcleos da Pastoral da Diversidade Sexual em Belo Horizonte ficou sob ameaça. O caso começou após membros de uma organização chamada Instituto São Pedro de Alcântara (ISPA) denunciarem a “instrumentalização da Religião para promover a Ideologia de Gênero”, por meio da chamada "Teologia Queer", na Arquidiocese de Belo Horizonte. Os acusados, claro, eram os membros da Pastoral da Diversidade Sexual e seus aliados, que tiveram seus nomes divulgados em redes sociais e receberam inúmeros ataques virtuais, levando algumas pessoas a apagarem seus perfis em redes como Instagram e Facebook.

O ISPA afirma ser um instituto de leigos católicos que se dedicam “ao estudo, à propagação e à prática da Doutrina Social da Igreja” (ISPA). A organização belo-horizontina realiza eventos públicos, como palestras e marchas, além de realizar cursos. Suas características permitem afirmar que estão alinhados a um “ativismo conservador católico” contrário a expansão dos direitos sexuais e reprodutivos e que,

dentro de um processo de politização reativa, colocam em prática diferentes estratégias para reagir contrariamente ao impacto do movimento feminista e por diversidade sexual e de gênero (VAGGIONE, 2017) na sociedade e, neste caso específico, na Igreja.

O coletivo utilizou fortemente as redes sociais na internet para atacar a Pastoral da Diversidade Sexual. A principal ferramenta utilizada foi o *Youtube*. O canal do instituto na plataforma é pequeno. Um vídeo chamado “Apoio dos Católicos a Bolsonaro”, por exemplo, tem menos de 400 visualizações. Mas, no final de 2018, foram inseridos ao menos quatro vídeos relacionados à pastoral dos católicos LGBTI+. Diferente de outros vídeos, estes conteúdos foram relativamente bem visualizados. Alguns passaram de 15 mil visualizações. Todos os vídeos espalham um certo “pânico moral” (MISKOLCI, 2017), atacando o que é chamado de “infiltração do movimento LGBT na Arquidiocese de Belo Horizonte”.

Os ataques, portanto, partem da ideia de que pessoas LGBTI+ são estranhas ao catolicismo, o que contradiz o discurso e as práticas dos atores com sexualidades e expressões de gênero dissidentes que se afirmam católicas. Enquanto ativistas pela diversidade sexual e de gênero católicos acionam a ideia de um corpo heterogêneo da Igreja para se legitimar, os ativistas classificados como conservadores afirmam a necessidade de manter uma certa unidade purificada da Igreja.

A principal motivação dos ativistas “católicos conservadores” a fazerem as gravações foi um evento realizado em uma faculdade católica de Belo Horizonte, que tratou de teologia e afetividade. No *Youtube*, ele conta que membros do instituto estiveram presentes naquele evento e, de forma oculta, gravaram trechos de falas de pesquisadores e ativistas que estavam no espaço acadêmico. Junta-se a estes áudios fotos e prints das redes sociais dos pesquisadores e dos participantes do seminário em atividades consideradas promotoras da ideologia de gênero.

Como se não bastasse estar aparelhando as universidades para promover a agenda LGBT, agora também, na maior cara de pau, instrumentalizam a religião católica, para em nome de Deus, promoverem a ideologia de gênero. Veja se pode uma coisa dessa: achar que pode misturar Deus com esse movimento feminista, absorvido pelo movimento marxista, ateuista, materialista, que tenta desconstruir a essência da masculinidade e da feminidade (Trecho retirado de um dos vídeos do ISPA).

No discurso do ativista autoproclamado conservador, chama atenção as categorias de acusação (Velho, 1981): “marxista”, “ateísta”, “materialista” e até mesmo “LGBT”. Fica claro que essas categorias são deslocadas de um significado razoável. Do modo em que são utilizadas, revelam, no mínimo, um desconhecimento por parte dos acusadores, que falam de um lugar totalmente distinto dos acusados. Essas categorias acusatórias revelam diferentes graus de preconceito sexual que se intersecciona com intolerância religiosa.

Para sustentar o jogo de acusação, os vídeos apresentam trechos de falas de pesquisadores e ativistas “católicos LGBT”. Essas falas, contudo, são recortadas e, conseqüentemente, descontextualizadas. Um trecho curto de um sacerdote aparece no vídeo: “eu ficava pensando, enquanto você dizia, inspirado na Butler”. O contexto da fala não fica claro. O que foi dito antes ou depois não é revelado. Mas percebe-se claramente que o termo “inspiração” foi utilizado no sentido acadêmico de “com base”, segundo a autora. Contudo, para o ativista conservador, o padre se inspira na teoria que ele chama de uma das ideólogas feministas mais influente “promotora da ideologia de gênero”.

As pessoas atacadas também são acusadas de “filhas da Teologia da Libertação”, o que aponta, mais uma vez, para “mundos sociológicos” diferentes. O plano de evangelização de Belo Horizonte é citado nos vídeos. Para os ativistas do ISPA, o evento acadêmico é fruto desse documento. Lendo trechos do plano de forma irônica, conclui: “a agenda LGBT explícita no plano de evangelização da arquidiocese”.

A partir destes vídeos, ataques e perseguições às pessoas e à pastoral começaram a surgir. Além disso, o ISPA e outros grupos conservadores começaram a pressionar o bispo metropolitano de Belo Horizonte. Pela internet, páginas o acusam de promover a “agenda gayzista” na arquidiocese. Diante dessa situação, um áudio atribuído ao líder religioso, começa a circular em redes sociais e na imprensa.

Amado irmão, amada irmã, saúde e Paz. Compartilho com seu coração um assunto da mais alta importância para o caminho missionário de nossa Igreja, particularmente aqui na nossa amada arquidiocese de Belo Horizonte. Quero compartilhar que na Arquidiocese de Belo Horizonte não existe com aprovação do arcebispo e toda a Igreja, a Pastoral da Diversidade Sexual. Na data de hoje, 28 de novembro de 2018, em reunião do conselho presbiteral arquidiocesano pleno, reunindo representantes de todo clero arquidiocesano, com número de cerca de 50 participantes, padres e bispos auxiliares, tive oportunidade de dizer

não aprovo a adoção, o uso desta nomenclatura de Pastoral da Diversidade Sexual, aqui não existe Pastoral da Diversidade Sexual. A orientação da Igreja é criar centros de acolhida e escuta familiar, para o trabalho bonito de preparação para o matrimônio, para o batismo, para experiência bonita para a preparação para o sacramento da crisma, para o matrimônio, como exigência canônica, setor de orientação de família, setor de acolhida de pessoas em segunda união e orientação a respeito daquilo que a Igreja diz e indica, grupos de escuta para ajudar pessoas que precisam, confissões, orientações espirituais, assim se congregando num centro de escuta e de acolhida familiar portanto, não existe Pastoral da Diversidade Sexual, menos ainda qualquer coisa que tenha sombra de ideologia de gênero. Nós aqui estamos para a fidelidade ao magistério da Igreja, a experiência bonita da doutrina da fé sem discriminar a ninguém, acolhendo a todos, porque somos todos filhas e filhos de Deus, mas jamais abrindo caminho ou possibilidade para qualquer tipo de ideologia, especialmente de gênero, tenho todos essa experiência de compartilhamento que aqui faço para que possamos caminhar na paz. E advirto todos aqueles que estão atacando a Igreja, de muitas maneiras, inclusive, por aqui: não são do 158 evangelho, o evangelho se constrói com a perseverança na ajuda a cada pessoa, na compreensão, nos valores inegociáveis aos valores do evangelho. Caminhemos na força do amor de Deus para que possamos assim um dia dar conta de nossas palavras, gestos e nossas escolhas e opções, façamos esse caminho na força do amor e da paz de Deus (ÁUDIO DIVULGADO VIA WHATSAPP, ATRIBUÍDO A DOM WALMOR).

As possibilidades de Dom Walmor não saber da existência dos núcleos pastorais da Diversidade Sexual em seu território arquidiocesano são remotas. Como demonstrado acima, os ativistas estiveram em evidência na imprensa e em eventos públicos e contaram com amplo apoio de sacerdotes aliados. Mas, diante dos ataques que ele pessoalmente sofreu, optou por negar a existência dos grupos. Ao mesmo tempo, o religioso “adverte” aqueles que estão atacando a Igreja. Não é tão claro para quem é esta “advertência”, mas, talvez, seja para os ativistas “católicos conservadores” que expuseram o nome do bispo acusando-o de promover a agenda “gayzista” na Igreja.

“Não existe Pastoral da Diversidade Sexual, menos ainda qualquer coisa que tenha sombra de ideologia de gênero”. O posicionamento do bispo diante do caso mostra a fragilidade das iniciativas pastorais para pessoas LGBTI+ que buscam respaldo em setores da hierarquia. Os ataques e, posteriormente, o áudio de Dom Walmor Oliveira de

Azevedo prejudicaram os membros da Pastoral da Diversidade Sexual, que, por sua vez, optaram em não responder publicamente. A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, em sintonia com os grupos mineiros, também não se pronunciou. A página que a pastoral mantinha no site do santuário São Judas Tadeu saiu do ar. Os grupos passaram a funcionar de forma autônoma e não se apresentaram mais como pastoral.

### **É importante ser pastoral?**

A incidência da Pastoral da Diversidade em Belo Horizonte, seja na imprensa ou nos espaços paroquiais e de ativismo ou interação LGBTI+ é o que motivou a atuação do instituto conservador contra a iniciativa. Como define a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pastoral é o “conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão de continuar a ação de Jesus Cristo junto a diferentes grupos e realidades” e estas atividades precisam estar ligadas à uma Diocese e Arquidiocese, tendo capacidade para desenvolver atividades dentro e fora das comunidades e paróquias. É justamente esta ligação que causa o problema.

Se por um lado poder ostentar o título de pastoral é sinal de reconhecimento, por outro, quando se trata de questões de sexualidade e gênero, é se colocar no centro de tensões e disputas. Além disso, existe o temor de que a custódia de um bispo possa engessar as atividades, é o que indica o caso de Nova Iguaçu (SP).

Outra preocupação é que, separados de uma paróquia, os grupos podem tornar “guetos”, como disse um ativista católico gay paulistano: “ a gente [grupo católico LGBT] nunca teve a proposta de dizer ‘sai de sua comunidade e vem para nosso grupo’. É um pouco da discussão quando surgiu a delegacia da mulher. Criar uma delegacia ou fazer que todas as delegacias respeitem a mulher? ”.

O trabalho de campo permitiu entender que maioria das lideranças compreendem a importância dos grupos como um espaço seguro e de apoio pastoral. Em muitos casos, o único lugar em que “católicos LGBTI+” revelam suas identidades sexuais ou ainda podem ter uma cidadania religiosa mais plena. Mas a possibilidade em “lutar pela cidadania religiosa plena”, o que passa pela inclusão em todos os espaços católicos e a busca do reconhecimento como “sujeitos eclesiais” passa pela inserção dos atores no cotidiano de paróquias e comunidades e uma Pastoral cumpriria esse papel de forma mais concreta.



### **Referências bibliográficas**

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Proclamar a Palavra**, 2016. Disponível em :<https://arquidiocesbh.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/ProjetoEvangeliza%C3%A7%C3%A3o2017a2020-1.pdf>. Acesso em jan. 2017.

BATISTA SILVA, Jeferson. **“Um lugar à Mesa”**: Estudo sobre a produção pastoral do ativismo católico LGBT brasileiro. 2019. 88f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, n 47, p. 445–482, 2016.

FACCHINI, Regina; CARMO, Nery; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. -, 2020. (14/24947-0).

MEIRELLES, Ricardo. Padre de Campinas ganha “Oscar Gay”. **Diário do Povo**, Campinas, 12 abr. 1996.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.101-12, 2007.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Para além da intolerância: cristianismo, direitos e diversidade sexual. **CIENCIAS SOCIALES Y RELIGIÓN / CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO**, v. 36, p. 16, 2017.

REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT. **Manifesto II Encontro Nacional de Católicos LGBT**, 2018.

RICARDO, Igor. Diocese de Nova Iguaçu cria Pastoral da Diversidade e divide opiniões. **Extra**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2017.

SERRA, Cris. **Vimos para comungar: os grupos de católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2019.

STEIL, Carlos A; TONIOL, Rodrigo. A trajetória dos Direitos Humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: MORI, Geraldo de; OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 75-88.

TRASFERETTI, José. **Pastoral com homossexuais: retratos de uma experiência**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.